



Anais da Assembléia

Nº 189

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE DEZEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mastrovicz; **PDT - 06** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03** Ovídio José Constantino - Emari Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Atos do Presidente:

RESOLUÇÃO Nº 020/92

DATA: 03 de dezembro de 1992

SOMULA: Aprova a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - exercício de 1991.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1991.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.12.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/92

DATA: 10 de dezembro de 1992

SOMULA: Determina a sustação do processo de ação penal contra o Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica negada a concessão de licença, nos termos do artigo 54, VI, da Constituição Estadual, para processar o Deputado Estadual Dobrandino Gustavo da Silva, nos autos de inquérito policial nº 20.568-3, da Comarca de Foz do Iguaçu, de acordo com o que officia o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo, dará ciência ao Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.12.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI Nº 10.216

Data: 18 de dezembro de 1992

SOMULA: Autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o curso supletivo a nível de 1º grau, no Município de São Carlos do Ivaí.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a Secretaria

de Estado da Educação a implantar o Curso Supletivo, a nível de 1º grau, no município de São Carlos do Ivaí.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 18 de dezembro de 1992.

LEI Nº 10.217

Data: 18 de dezembro de 1992.

SOMULA: Autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o curso supletivo a nível de 1º grau, no Município de Guairacá.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso Supletivo, a nível de 1º grau, no município de Guairacá.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 18 de dezembro de 1992.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINARIA
DO PERÍODO EXTRAORDINARIO
REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1992
(SEGUNDA-FEIRA).**

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

As quatorze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (43).
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Cezar Silvestri, Edson Silva Lino, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti,

Neivo Beraldin, Plauto Mirô Guimarães, Rafael Greca de Macedo e Rossoni (10), Achando-se em licença o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão de instalação do Período Extraordinário, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 152/92

Curitiba, 15 de dezembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar novos valores salariais, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos professores regionalistas sem habilitação, integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

O plano de lei ora encaminhado é necessário e oportuno, consultando aos superiores interesses da Administração, eis que irá corrigir distorções atualmente existentes em relação aos professores atingidos pela medida.

Oferecendo maior detalhamento sobre a proposição em causa é adiante transcrita Exposição de Motivos que me foi apresentada pelo Secretário de Estado da Administração.

"Trata o presente anteprojeto de lei da fixação de novos valores salariais para os professores regionalistas e sem habilitação, integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

O anteprojeto tem por finalidade dispensar a esse segmento do funcionalismo estadual o mesmo tratamento concedido aos integrantes do Magistério de 1º e 2º graus.

Assim é que, a tabela salarial proposta altera os intervalos salariais de 3% (três por cento) para 5% (cinco por cento), critério esse adotado a partir de janeiro do corrente ano para os integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

Com a aprovação da proposta ~~estar~~ corrigindo uma das distorções salariais da categoria, ao mesmo tempo em que esses professores serão beneficiados com um reajuste de 15% (quinze por cento) a 40% (quarenta por cento)".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos professores regionalistas e sem habilitação, integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, passam, a partir de 1º de janeiro de 1993, a ser os fixados na forma do Anexo desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

QUADRO ÚNICO

PROF. S/HABILIT. e PROF. REGIONALISTA		
REFERENCIA	S/HABILITAÇÃO	REGIONALISTA
1	602.473,21	677.782,36
2	632.596,87	711.671,48
3	664.226,71	747.255,05
4	697.438,05	784.617,81
5	732.309,95	823.848,70
6	768.925,45	865.041,13
7	807.371,72	908.293,19
8	847.740,31	953.707,85
9	890.127,32	1.001.393,24
10	934.633,69	1.051.462,90
11	981.365,37	1.104.036,05

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 154/92

Curitiba, 17 de dezembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva acrescentar parágrafo ao art.

11, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991.

O plano de lei ora submetido a apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que constitui-se em importante e decisivo mecanismo de apoio aos municípios recém-criados.

Ao transferir parte de seus equipamentos, veículos, máquinas e a parte do crédito de "dívida ativa" referente aos imóveis localizados nas células política-administrativas emancipadas, o município de origem proporcionará às mesmas as condições operacionais e financeiras necessárias para que possam iniciar suas atividades normais.

Dada a relevância da matéria aqui proposta, solicito que a mesma seja incluída no rol daquelas a serem apreciadas durante o período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MARIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ao artigo 11, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, ficam acrescidos os seguintes parágrafos:

§ 1º - O Município originário transferirá ao novo município os equipamentos, veículos e máquinas, integrantes de seu parque, proporcionalmente à malha rodoviária que couber ao município de origem e ao município desmembrado.

§ 2º - O Prefeito Municipal do município de origem transferirá, por decreto, até o dia da instalação do novo município, os equipamentos de que trata o parágrafo anterior, dos quais será transferida a posse ao assumir a nova administração, que passará a arcar com os encargos dos financiamentos referentes à aquisição dos mesmos.

§ 3º - A dívida ativa referente a propriedades nele localizadas passará a se constituir crédito do município desmembrado, ao qual fica atribuída, a partir da data de sua instalação, competência exclusiva no que se refere a sua cobrança a expedição de certidões negativas.

§ 4º - Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior a Prefeitura do município originário transferirá, no prazo improrrogável de 15 dias a ser contado a partir da instalação do novo município, o cadastro imobiliário referente a sua área.

Art. 2º Esta Lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revo-

gadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFICIO

Sob o nº DTL/SAT/380/92, do Senhor Governador do Estado em exercício, solicitando a Vossa Excelência providências no sentido de que as matérias constantes das Mensagens nºs 55/91 (aditada pela 132/92), 09/92, 38/92 e 148/92, sejam incluídas no rol daquelas a serem apreciadas por esta Augusta Casa durante o período de convocação extraordinária de que trata a Mensagem nº 153, de 15 do corrente mês. Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTO Nº 2128-E

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um Voto de Pesar, na ata dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento do Sr. Elias Demétrio Haunagge. REQUER, outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares do "de cujus", assim, como seja dada ciência a família enlutada, as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 21.12.92.

(a) NELSON JUSTUS.

REQUERIMENTO Nº 2128-F

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a juntada do Projeto de Lei nº 414/92, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, ao Projeto de Lei nº 437/92, de autoria do Poder Executivo que objetiva acrescentar parágrafos ao art. 11 da Lei Complementar nº 56, por se tratar de matérias correlatas.

Sala das Sessões, em 21.12.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO.

REQUERIMENTO Nº 2131

Senhor Presidente.

Rafael Valdomiro Greca de Macedo, Deputado Estadual eleito pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, de conformidade com o que preceitua o artigo 69 do Regimento Interno, vem a presença de Vossa Excelência, expressamente renunciar, como de fato renuncia ao seu mandato parlamentar, em decorrência de sua eleição ao cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

E oportuno externar a Vossa Excelência e aos demais ilustres Senhores Deputados desta Casa, os meus profundos agradecimentos pela agradável convivência e, também, a certeza de que esse Legislativo prosseguirá ativo, altaneiro e independente, na luta em defesa dos mais lícitos interesses do povo paranaense.

Sala das Sessões, em 21.12.92.

(a) RAFAEL GRECA

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento nº 2131, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente, solicitando renúncia do seu Mandato Parlamentar, em decorrência de sua eleição ao cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins. Publique-se no Diário da Assembléia.**

Convoco o Sr. Deputado Namir Piacentini, 1º Suplente do P.D.T.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 152/92, fixa, a partir de 1º de janeiro de 1993, os níveis de vencimentos dos professores regionalistas e sem habilitação, integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo. Com Parecer Favorável da C.C.J. (**Publ. no início deste Diário - Mensagem**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 436/92

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 152/92, o presente projeto de lei objetiva fixar novos valores salariais, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos professores regionalistas sem habilitação, integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

Visa o presente plano de lei corrigir distorções atualmente existentes em relação aos professores acima citados. Tem por finalidade dispensar o mesmo tratamento concedido aos integrantes do Magistério de 1º e 2º Graus. Os professores regionalistas e sem habilitação serão beneficiados, com essa medida, com um reajuste de 15% a 40%.

Analizada a matéria quanto ao seu aspecto legal e constitucional, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua devida aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.12.92.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente;

MARIO BEZERRA - Relator.

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos apenas votando, em 1ª discussão, a constitucionalidade deste projeto, mas não podemos deixar de nos manifestar. Somos favoráveis, sem dúvida nenhuma, à aprovação do projeto. Mas o que gostaríamos é de lamentar o "alto salário" que está sendo colocado aqui no projeto pelo Sr. Governador do Estado para pagar os nossos professores, quando com a proposta pelo Governador nós vimos aqui o salário, nível 1, de um professor sem habilitação e que está lá no interior, nos cantos dos municípios do Estado do Paraná, a serviço do Estado, recebendo apenas 600 mil cruzeiros por um período de aula que leciona. Nós lamentamos este "alto" valor. É um absurdo a dedicação que precisa ter um professor para ensinar os filhos do povo do Paraná e receber um salário mísero destes. Nós gostaríamos que este valor estivesse correspondendo à realidade e às necessidades que tem um professor no nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heinz G. Herwig) - Em votação o projeto. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovado, por unanimidade.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 154/92, objetiva acrescentar parágrafos ao Art. 11, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991 - (Criação de Municípios). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (**Public. no início deste Diário - Mens.**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 437/92

P A R E C E R:

Não encontrando nada que seja contra a sua constitucionalidade, sou de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.12.92.

(aa) PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em Votação.

O SR. BASILIO ZANUSSO (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, permita-me que, em se tratando do período extraordinário e não tendo, por isto, o Horário das Lideranças e Pequeno Expediente, e mesmo antes de me referir ao projeto que V.Exa. coloca em votação, faça um apelo ao Sr. Líder da Bancada governista desta Casa. Neste final de 1992 temos acompanhado de perto as rea-

lizações do Governo Requião e vemos que tem um saldo positivo na grande maioria dos seus projetos básicos, fundamentais e aos quais S.Exa., o Governador, deu preferência prioritária, que são os projetos "panela cheia, bom emprego", que ainda não são bem conhecidos da população e mesmo da administração, fundamentalmente das agências bancárias. Mas são bons programas e com resultados positivos.

A Secretaria dos Transportes na pavimentação de estradas com pedras irregulares, também sem dúvida, com início na região Oeste do Paraná, várias estradas, dezenas de estradas rurais têm agora a possibilidade de, mesmo com chuva, dar escoamento à produção agrícola - a nossa riqueza principal.

Desde o início do Governo Requião a sua determinação de reparar, de reformar os prédios escolares em toda a rede escolar, foi um fato que poucos governos fizeram, limpando, reformando praticamente todas as escolas da rede estadual; também faz, sem dúvida, um programa, uma determinação, cumprida por S.Exa., elogiável.

O PEDU, o Governo Requião deu continuidade, a um projeto anteriormente implantado, mas que sendo o principal projeto de realização das obras dos municípios, em convênio com os municípios, que em síntese ele possibilite o desenvolvimento das cidades, especialmente das pequenas e médias cidades, também o resultado positivo do PEDU.

A Secretaria da Agricultura merece destaque especial, Senhor Presidente, em função dos recursos em dólares que tem, do PRORURAL. São 150 milhões de dólares. Sem dúvida, a Secretaria da Agricultura é a Secretaria que tem um número maior de programas de Governo do Paraná. Com a preservação e conservação do solo, através de barragens, de curvas de nível, de proteção às nossas minas, de proteção aos mananciais que o Paraná tem. Distribuição de vacas argentinas, de novinhos, de ovelhas, e tantas outras coisas, mas que se encerra na Secretaria da Agricultura o maior programa de Governo Requião, sem dúvida alguma.

Mas, eu quero fazer um apelo ao Senhor Líder da Bancada do Governo, que da mesma forma como a repercussão tamanha, como os projetos da agricultura, também o projeto da casa popular do Paraná, a Nossa Casa, como quer que seja, que se iniciou com 36 metros quadrados. Depois, 42 m2. Atualmente, 48 m2. Casas cobertas com telhas de barro, Senhor Presidente. Tirando, felizmente, aquelas lâminas insuportáveis. Nos climas quentes do norte e noroeste é impossível morar-se numa casa pequena, coberta com estas lâminas de 6 milímetros.

E agora, ao término do exercício, a

Secretaria da Habitação não pode e não vem cumprindo os prazos dos pagamentos dos convênios que têm a Secretaria, depois de realizar, de construir mais de 35 mil unidades de casas populares, cujo programa serve para o Governo Federal copiar. Não é esta vergonha de 27 m2, que rouba o povo do Paraná!

E hoje, o Senado julga o Presidente Collor. Somente isso seria bastante para dizer que ele era indigno de continuar na Presidência da República. Quando o bôia-fria, o assalariado de um salário-mínimo paga trezentos, quatrocentos mil cruzeiros para morar numa casa sem reboque, de 27 m2! Uma vergonha nacional!

Enquanto milhões de brasileiros tiram a comida da mesa para pagar, dezenas de brasileiros, maus brasileiros, se enriqueceram.

E estão, agora, viajando para o exterior, sem qualquer responsabilidade.

Mas, faço, Senhor Presidente, neste instante em que alteramos a lei que dispõe sobre a criação e organização dos municípios, para fazer um apelo, repito, para que se pague aos prefeitos, para que os prefeitos paguem os fornecedores, pequenos fornecedores das pequenas cidades para, neste projeto do Paraná, que todos nós nos orgulhamos, porque realmente uma família nunca pagou mais que 20% do salário-mínimo, e agora, dezembro, a Secretaria de Habitação está acuada, recebendo telefonemas todos os minutos dos senhores prefeitos, dos credores, daqueles que forneceram material, até daqueles que têm mão-de-obra em haver.

Vinte e um de dezembro e o Estado não está podendo pagar, como sempre fez. E eu queria, agora, prestes a encerrar este período extraordinário, para que o Líder da Bancada do Governo do Estado faça um apelo reiterado, porque nós já estivemos com o Senhor Governador, pessoalmente, mais de uma vez, com o Requião e o Senhor Doutor Mário Pereira, numa insistente solicitação porque não é apenas os Prefeitos, ainda mais acresce-se um fato de que muitos prefeitos, todos prefeitos serão substituídos, mas muitos perderam as eleições e aí, está greve nos Municípios pequenos, principalmente quando ele transfere, entrega a sua Prefeitura para adversários com compromissos financeiros dessa ordem, que são cerca de 46 bilhões de cruzeiros.

O Governador Requião e Mário Pereira que está no exercício não podem permitir à área econômica que o Paraná passe de um ano para o outro com esse compromisso sem ser honrado pelo Governo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS - Para encaminhar Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra para encaminhar ao Sr. Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho à tribuna nesse instante, para cumprir um dever Parlamentar e conclamar a todos os Srs. Deputados para repararmos equívocos que porventura sem dúvida, irão às barras da lei engordando ainda mais os advogados que se valem das leis e das mensagens mal feitas aqui dentro ou fora dessa Casa.

Srs. Deputados a responsabilidade de quem faz as leis é nossa, quem faz a lei aqui nessa Casa é V.Exa. Deputado Aníbel-li, é V.Exa. Deputado Hermas Brandão, é também o Sr. Deputado Geraldo Cartário, somos nós que fazemos as leis aqui nessa Casa, daí o porquê o conclamar ao alto espírito de equilíbrio e bom senso de V.Exas. ao me deparar com uma mensagem de afogadilho enviada pelo Governador Mário Pereira. Digo de afogadilho porque conheço o Governador Mário Pereira e ele não teria assinado isso se assim não fosse. O Governador Requião não assinaria uma mensagem, um projeto que chama o Prefeito Municipal de Município ora, no mínimo é burrice alguém chamar o Prefeito Municipal do Município, Prefeito Municipal é de onde? Quanto mais a malha rodoviária que couber ao Município de origem é Município desmembrado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não houve um Município desmembrado esse ano nesse nosso Estado. Município desmembrado é outra coisa. Área desmembrada sim, é o que ocorreu em diversos Municípios. Portanto, se nós estamos aqui para elaborar as leis acabamos de dar uma verdadeira sova, sova no vernáculo, e no bom senso para quem quiser ler. Não precisa ser jurista, nem advogado para entender que isso aqui é uma coletânea de erros e de equívocos.

Quanto mais, Srs. Deputados, nós já tivemos a oportunidade de dizer aqui no que diz respeito a criação de novos Municípios, esses já foram criados, a lei já existe e nós dizíamos naquela época que estávamos dividindo a miséria. E agora, casuisticamente nos apresentam uma Mensagem Governamental eivada de erros e sem falar quanto ao mérito. Fala-se no § 2º que o prefeito municipal do município, de origem, transferirá - por decreto, até o dia da instalação do novo município os equipamentos de que trata o § anterior.

Dos quais será transferida a posse ao assumir a nova administração que passará a arcar com os encargos dos financiamentos referentes à aquisição dos mesmos.

Nós estamos apresentando uma emenda e entendemos que o município criado e não desmembrado, o município criado, deva evi-

dentemente, e precisa de equipamentos. É verdade. Mas, esta negociação tem que acontecer com o prefeito que foi eleito, não com o que está saindo. Meu Deus do céu! O prefeito que está indo embora sabe lá se vai voltar e vai deixar a bomba na mão do que está assumindo. Isso parece aquelas empresas, antes de falir, que criam 'outra e vão embora. E os funcionários? Os senhores atentaram que essa Mensagem não fala nada a respeito dos funcionários! Os senhores já imaginaram que um município que tenha mil funcionários e é cortada a metade, divide-se o município em dois, portanto, ele não vai precisar mais de mil vai precisar só de quinhentos e os outros quinhentos? Aí ele manda embora. E quem indeniza se ele não consegue pagar nem os que ele tem!

São essas aberrações que não se trata aqui, que é de afogadilho, em cima do joelho é que foi feito isto. Sem contar o parecer da CCJ lavrado pelo eminente companheiro Luiz Carlos Martins, a mão: "Não encontrando nada que vai contra a sua constitucionalidade, sou de parecer favorável".

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Nós temos uma séria responsabilidade ao criarmos essas leis, não queremos, de maneira nenhuma emperrar e atrapalhar a vida de quem quer que seja. Mas qualquer advogado de porta de cadeia, entre aspas, derruba isso aqui com quatro linhas em mandado de segurança e cabe a nós, mais uma vez, a vergonha de termos criado em cima do joelho, uma lei casuística e extemporânea.

Apresento duas emendas que não vão complicar, em absoluto, a vida dos prefeitos eleitos dos novos municípios. Mas, que estabelece que o município ou municípios originários transferirão os bens relativos ao novo município até 120 dias após a sua instalação, através de acordos entre os Poderes Executivos observada a proporcionalidade entre os bens e serviços a serem transferidos e o número de habitantes envolvidos.

Convenhamos Srs. Deputados, quem tem que discutir essa matéria são os prefeitos que estão chegando e não aquele que tem mais 4 dias úteis para sair do seu município. Não é nem justo, nem sério e nem correto isso.

E os funcionários? Já falei dos funcionários. Há, mas é inconstitucional. Onde é que está escrito que é inconstitucional? Quem é que faz as leis se não é V.Exa., Deputado Mário Bezerra? Somos nós que fazemos as leis. Os servidores públicos civis do município ou municípios originários, através de acordos entre os Poderes Executivos serão transferidos ao novo município atendida a necessidade e a

proporcionalidade entre o número de servidores e o número de habitantes existentes.

E muito fácil ao apagar das luzes de um ano legislativo nos acertarmos a vida de quem quer que seja entrando ou saindo e deixarmos para nós, com a assinatura de todos, a vergonha de vermos qualquer advogado com mandado de segurança derrubar isso aqui em 30 minutos.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu não consegui, infelizmente, aprovar nesse ano letivo a lei que cria ou que define, que apresenta requisitos para a criação de novos municípios. Não foi possível. Eu quero crer que este erro nós vamos sanar, se Deus quiser e eu vou me empenhar fundo nisso no próximo ano. Mas eu não posso me calar em momento algum, ao final desse ano legislativo, ao apagar das luzes, em cima dos joelhos, mensagens que envergonham o próprio Governador que assinou e nós que a ratificamos aqui dentro para salvaguardar interesses causuísticos de quem quer que seja. Não posso me calar em momento algum. E clamo a V.Exas. que não assinem um atestado de incompetência e burrice porque a lei é eivada de erros e é como eu disse, uma verdadeira sova no vernáculo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando o nobre companheiro Deputado Nelson Justus se referia ao parecer da CCJ, naquela oportunidade nós já fazíamos registrar a nossa preocupação com relação aos desdobramentos do referido projeto.

Aprovávamos em termos a iniciativa de lei porque sabíamos que os municípios recém-criados terão necessariamente que ter condições de vida própria. E nós estamos vendo agora, através da argumentação daqueles que nos antecederam a preocupação de fato com os desdobramentos com que a pretensa lei pretende estabelecer.

Nós acreditamos que a vida desses municípios tem que ser cuidada, tem que ser preservada, tem que ser um motivo de preocupação para o Legislativo. Mas não podemos deixar de registrar também a nossa preocupação com esse desdobramento. Acharmos um absurdo o que estabelece o parágrafo 2º do referido projeto dando total condições, como bem frisou o meu antecessor na tribuna Deputado Nelson Justus, destacando a competência de quem está saindo na transferência de uma responsabilidade enorme àqueles que vão assumir, não por 4 dias como os que estão saindo, mas àqueles que estão a frente dos seus municípios durante 4 anos. É um ano seriíssimo, é uma

responsabilidade sem precedentes e se esta Casa, como bem disse o companheiro, não discutiu com serenidade a implicação desta lei nós vamos ter ainda mais neste Estado a falência, não apenas dos que estão sendo criados, mas dos já criados e que estão sendo desmembrados.

Nós estamos concordando de fato que se dê a transferência desses maquinários, mas não se esquecendo da transferência junto aos prefeitos eleitos.

E mais, que se assuma também a responsabilidade pelos financiamentos e pelo ônus que também se encontram na área dos municípios desmembrados e não apenas nos municípios sedes.

Muito obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados: - Solicitaria a mesa uma informação no sentido de que existindo já na Casa um Projeto em tramitação, semelhante a mensagem governamental que está sendo objeto de apreciação pelos Srs. Deputados, repito, como a Mesa procederá se se apresentar requerimento pedindo a juntada dos dois projetos, já que estamos em período extraordinário, se é possível, neste período requerer a juntada do projeto de autoria do Deputado Cartário com a Mensagem governamental, ora em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Desde que o Plenário aprove o projeto que se encontra na Casa seria juntado à mensagem governamental, dependendo exclusivamente do Plenário, da decisão do Plenário.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Então estarei apresentando documento para a juntada do projeto do Deputado Cartário.

O SR. BASILIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para uma informação, se com a apresentação das emendas do ilustre Deputado Nelson, se V.Exa. determina antes que se vote em 1ª discussão a mensagem para as Comissões ou não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, as emendas serão apreciadas em 2ª discussão, por enquanto elas existem no propósito do Deputado Justus, amanhã estas emendas serão recebidas pela Mesa, oficialmente.

Em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam o projeto,

queiram levantar-se. 23 Srs. Deputados aprovam.

O SR. NELSON JUSTUS (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, apenas uma informação, como se trata de lei complementar, eu queria me certificar se são necessários 28 votos para a aprovação do projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Para a aprovação do projeto são necessários 28 votos.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Vai-se proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Antes porém a comunicação do Sr. Deputado Rafael Waldomiro Greca de Macedo.

"Rafael Waldomiro Greca de Macedo, Deputado Estadual, eleito pelo Partido Democrático Trabalhista, de conformidade com o que preceitua o artigo 69, do Regimento Interno, vem a presença de V.Exa., expressamente renunciar, como de fato renuncia o seu mandato parlamentar, em decorrência de sua eleição ao cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

É oportuno externar a V.Exa. e aos demais ilustres Srs. Deputados, desta Casa, os meus profundos agradecimentos pela agradável convivência e também a certeza de que este Legislativo prosseguirá ativo, altaneiro, independente na luta em defesa dos mais lúdicos interesses do povo paranaense.

Rafael Waldomiro Greca de Macedo." Com firma reconhecida.

O SR. ERNANI PUDELL (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, eu quero uma informação da Mesa. Obviamente que nós nos sentimos honrados com a eleição de um dos Pares desta Casa para a Prefeitura da Capital do Estado, obviamente também sabemos dos afazeres que tem o Deputado Rafael Greca, em articular a sua equipe de Governo, todos os atos preparatórios para assumir o Governo.

É por esta razão que faz algum tempo, ou melhor dizendo, desde que eu retornei de licença a esta Casa não mais o vi por aqui. Eu gostaria de saber de V.Exa. se o Deputado estava licenciado até esse momento?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Até a data de ontem estava licenciado.

O SR. ERNANI PUDELL (**Pela Ordem**) - Estou informado já, esclarecido Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - O despa-

cho foi o seguinte: "Lido no expediente, protocola-se ao DL para devidos fins, publique-se no Diário da Assembléia. Convoco o Senhor Deputado Namir Piacentini, 1º Suplente do PDT, para assumir a vaga deixada pelo Deputado Rafael Greca. Tem o prazo de quinze dias para assumir.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**João Arruda**) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Responderam à chamada 41 Srs. Deputados. Vai se proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Dois Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se. Dezesete Srs. Deputados rejeitam.

Não há quórum para votação.

Sobre a mesa, requerimento nº 2128-F, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. -**Encerrada a Discussão.**

Requerimento nº 2128-E, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. -**Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 437/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/91.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Toti Co-

laço, Hermas Brandão, Emilia Belinati, Arlindo Troian, Nilton Barbosa, Luiz Carlos Martins, Oswaldo Trevisan e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente aprovou a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 428/92, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 354/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL com EMENDAS do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 423/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORAVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 397/92, de autoria do Deputado Dr. Rosinha. Parecer CONTRARIO do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 338/92, de autoria do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORAVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 413/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORAVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 408/92, de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORAVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 419/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORAVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 396/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. O Deputado Relator, Antônio Costenaro Neto, requer diligência - DEFERIDO; 10) Projeto de Lei nº 411/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. O Deputado Relator, Ernani Pudell, requer diligência - DEFERIDO; 11) Projeto de Lei nº 366/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan. O Deputado Relator, Ernani Pudell, requer diligência - DEFERIDO; 12) Projeto de Lei nº 259/92, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORAVEL às EMENDAS, do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 22ª SESSÃO EXTRAORDINARIA

Aos dezessete dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvêrio e com a presença dos seguintes Deputados: Nilton Barbosa, Mário Bezerra, Arlindo Troian, Oswaldo Trevisan, Toti Colaço, Paulo Maia, Alceu Swarowski, Lourenço Fregonese, Antônio Costenaro Neto, Luiz Carlos Martins e Plauto Guimarães. Havendo número legal, o

senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se a Presidência para o Deputado Toti Colaço, Vice-Presidente. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 356/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 436/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 437/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 327/91 do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 430/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Alceu Swarowski - Rejeitado. Será designado novo relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO
Presidente
Ana Lúcia Andretta
Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINARIA

Aos três dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Deputados: Alceu Swarowski, Paulo Maia, João Iensen, Nelson Garcia e Renato Adur. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do dia: 01) Projeto de Lei nº 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL com emenda Substitutiva Geral - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 378/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 106/92. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 381/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 109/92. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 384/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 127/82. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 386/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 124/92. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 389/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 121/92. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 361/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 120/92. Relator Deputado Paulo Maia. Pare-

cer FAVORAVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 377/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 105/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 379/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 107/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 382/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 110/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 393/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 128/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 374/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 102/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 375/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 103/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 380/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 108/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 390/92, de autoria do Poder Executivo nº 131/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 385/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 125/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 387/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 123/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 388/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 122/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 391/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 130/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente

Wilson Penka

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 11.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente, às 11:00 horas, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Maia,

Dirceu Manfrinato e Oswaldo Trevisan. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 394/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 126/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 376/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/92. Relator Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 403/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 136/92. Relator Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 409/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 141/92. Relator Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 383/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 111/92. Relator Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 592/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 145/91. O Relator designado para apreciar as Emendas foi o Deputado Dirceu Manfrinato, que ofereceu Parecer FAVORAVEL - APROVADO, na forma do Parecer apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente

Wilson Penka

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 12.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente, após Sessão Plenária, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato e Oswaldo Trevisan. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 402/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 135/92. Relator Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 406/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 139/92. Relator Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 416/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 144/92. Relator Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 392/92, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem nº 129/92, Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 400/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 133/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 401/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 134/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 405/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 138/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 417/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 142/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª LEGISLATURA - 2ª LEGISLATIVA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Alceu Swarowski, Paulo Maia, Nelson Garcia, Geraldo Cartário, João Iensen e Renato Adur. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 332/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 095/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do Deputado Paulo Maia. 02) Projeto de Lei nº 331/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 096/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do Deputado Paulo Maia. 03) Projeto de Lei nº 323/92, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 343/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 099/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 333/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 094/92. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORAVEL. 06) Projeto de Lei nº 342/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 098/92. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 341/92, de autoria do

Poder Executivo - Mensagem nº 097/92. Relator Deputado João Iensen Parecer FAVORAVEL - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do Deputado Paulo Maia. 08) Projeto de Lei nº 143/92, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.
DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª LEGISLATURA - 2ª LEGISLATIVA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Nelson Garcia e Renato Adur. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 355/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 113/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 357/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 118/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 358/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 117/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 359/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 116/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 360/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 119/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 362/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 115/92. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.
DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA POLÍCIA MILITAR

ATA DE INSTALAÇÃO

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reunião das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Plauto Guimarães, João Iensen, Luiz Bona Turra, Oswaldo Trevisan, Colombino Grassano, Florisvaldo Fier, Cezar Silvestri e João Preis (que chegou após a realização da eleição), membros indicados pelas Lideranças Partidárias para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades na Polícia Militar do Estado. Estiveram, também, presentes, os Deputados Orlando Pessuti e Cleiton Crisóstomo, este membro suplente. Abrindo a reunião, na forma regimental, o Deputado Heinz G. Herwig diz do objetivo da reunião que era instalar e eleger o Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão. Primeiramente, foi eleito por aclamação para Vice-Presidente o Deputado Cezar Silvestri. Em seguida foi realizada eleição por sufrágio secreto, sendo eleito, então, para Presidente, o Deputado Florisvaldo Fier e para relator, o Deputado Oswaldo Trevisan. Assumindo o cargo para qual foi eleito, o Deputado Florisvaldo Fier agradeceu a especial deferência de seus pares e marcou nova reunião para dia 3, quinta-feira, onde será ouvido o Sargento José Aparecido Silva. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

(a) FLORISVALDO FIER

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA POLÍCIA MILITAR
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Preis, Oswaldo Trevisan, João Iensen, Colombino Grassano, Antonio Annibelli, Cezar Silvestri e Plauto Guimarães. Abrindo a reunião o Senhor Presidente relatou à Comissão a visita feita ao Hospital da Polícia Militar sobre o caso "Oásis" e em seguida chamou para depor o Sargento José Aparecido da Silva. O Senhor depoente após prestar compromisso oral, fez um amplo relato de irregularidades praticadas por membros da Polícia Militar do Estado, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para

constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que se produza os efeitos legais.

(aa) FLORISVALDO FIER - Presidente
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA POLÍCIA MILITAR
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier e contando com as presenças dos Deputados Oswaldo Trevisan, Colombino Grassano, Plauto Guimarães, Luiz Henrique Bona Turra, Antonio Annibelli, João Preis e Dirceu Manfrinato, este convidado pela Comissão. O Senhor Presidente abrindo a reunião manda a assessoria fazer correções nas notas taquigráficas da última reunião e coloca em discussão o envio de várias correspondências. Foi aprovado pelos membros da comissão o envio de ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o organograma daquela secretaria e providências no sentido de dar garantias de vida ao Sargento José Aparecido da Silva e seus familiares. Em seguida foi acertada viagem à Maringá, em data a ser confirmada na reunião do dia 8 de dezembro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

(aa) FLORISVALDO FIER - Presidente
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA POLÍCIA MILITAR
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier e contando com as presenças dos Deputados Oswaldo Trevisan, Luiz Henrique Bona Turra, João Preis, Antonio Annibelli, Plauto Guimarães, Cleiton Crisóstomo e Dirceu Manfrinato. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente foi aprovada viagem à Maringá no fim desta semana,

onde a Comissão irá se reunir na Câmara Municipal de Maringá. Foi acordado que uma Subcomissão irá realizar os trabalhos. Em seguida o Senhor Presidente determinou o envio de correspondências para viabilizar a referida reunião no norte do Estado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros...

(aa) FLORISVALDO FIER - Presidente
SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de hum mil, novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a Presidência do Senhor Deputado Alceu Swarowski, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados membros: Mário Bezerra, João Iensen, e Emilia Belinati. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 399/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que dispensa do estágio probatório o professor da rede pública estadual detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL, APROVADO. Vale mencionar que o presente projeto encontrava-se em Diligência junto a Secretaria de Estado da Educação, com parecer favorável da mesma. O Senhor Presidente esclarece que o referido projeto encontrava-se na Comissão até a presente data devido ao fato de que quando a resposta da Secretaria de Educação chegou à Casa, foi encaminhado ao autor daquele e não a esta presidência. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, demais Deputados membros à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
ALAN MARCOS ANDRADE - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro de hum mil, novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a Presidência do Senhor Deputado

Alceu Swarowski e a presença dos seguintes Senhores Deputados membros desta - Lourenço Fregonese, Mário Bezerra e Emilia Belinati. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 287/92, de autoria da Deputada Lygia Pupatto, que dispõe sobre critérios para provimento de cargos em Comissão da Secretaria de Estado da Educação e da área de ensino. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer Contrário, rejeitado. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, demais Deputados membros presentes a reunião e por mim Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
ALAN MARCOS ANDRADE - Secretário

Atos da Diretoria Geral.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 123/92

conceder, a REGINA CELIA APARECIDA HLINGELFUS M. NASCIMENTO, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, de acordo com o Art. 392, § 1º da C.L.T. e Art. 78, § 18, da Constituição Federal de 1988, a partir de 24 de outubro do corrente ano.

(Prot. nº 9076)

PORTARIA Nº 124/92

conceder, à funcionária BETINA GRUPPENACHER, contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, de acordo com o Art. 392, § 1º da C.L.T. e Art. 78, § 18, da Constituição Federal de 1988, a partir de 04 de agosto do corrente ano.

(Prot. nº 8976)

PORTARIA Nº 125/92

conceder, as férias relativas ao exercício de 1993, aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

De 1º a 30 de Janeiro:

AIMORE OD ROCHA - Mat. 384
BOANERGES DE MENEZES CALDAS - Mat. 268
BRIGIDA LOBO KOLAROVICZ - Mat. 556
CELI EUCLEIA GALLIANO - Mat. 415
DANILO CERQUEIRA LEITE JUNIOR - Mat. 333
EMERENTINO DA CRUZ PACCA - Mat. 496
IZAIR PEREIRA FLORES - Mat. 206
JOÃO CAXIAS URBAN - Mat. 408
JOGUIBE MANSUR - Mat. 312

JOSE ANTONIO MAINGUE - Mat. 368
 JOSE CARLOS PEREIRA PAIVA - Mat. 180
 JOSE GUILHERMINO FILGUEIRAS - Mat. 509
 JOSINA PEREIRA JANJAO - Mat. 157
 LIDIA MUCHINSKI - Mat. 487
 LUIZ LIMA - Mat. 504
 MUSSA JOSE ASSIS - Mat. 599
 NELSON ANDRE DE ARAOJO - Mat. 544
 ROBERTO NOVAES - Mat. 130
 ROGERIO ANTONIO SOUZA DO NASCIMENTO -
 Mat. 495
 TABAJARA MARTINS - Mat. 073
 ZILDETE TEIXEIRA - Mat. 331

De 1° de Fevereiro a 02 de Março

ACIR VILLATORE - Mat. 364
 AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS - Mat. 280
 ANTONIO LACERDA BRAGA NETO - Mat. 095
 AYRTON ALVES ARANHA - Mat. 413
 BOGDANO KARPEN - Mat. 307
 CESAR AUGUSTO LEONI - Mat. 479
 DARCI ANTONIO BUDEL - Mat. 062
 EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Mat. 557
 ELDO GEVEZIER - Mat. 056
 ELOI MEZZADRI - Mat. 365
 EMILIO REINOLDO GREBER - Mat. 499
 EURICO HARALD CHOENARDIE - Mat. 132
 EXPEDICTO MILCEZEWSKI - Mat. 167
 FRANCISCO BOTELHO NEIA - Mat. 389
 GERSON EVANGELISTA PASSOS - Mat. 336
 GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA - Mat. 450
 HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO
 JOAO ALBERTI ANDRETTA - Mat. 476
 JOSE CARLOS PEREIRA PORTELA - Mat. 574
 LELINGTON LOBO FRANCO - Mat. 421
 LINDAMIR EDIL CARAN - Mat. 510
 LUIZ CARLOS GONÇALVES DE CASTRO - Mat. 592
 MARCO AURELIO SALDANHA DA ROCHA - Mat. 377
 MARCO UNIGA - Mat. 424
 MARIA DE LOURDES SANTOS - Mat. 561
 MARIA ELIZABETE REBELLO BORGES - Mat. 606
 MARIA LEONILDA ROCHA ZANETI - Mat. 427
 NELSON AUGUSTO DE ARAOJO - Mat. 501
 NEUSA ALVES DE OLIVEIRA - Mat. 082
 OSVALDO MARQUES - Mat. 380
 PEDRO ALVARES DOS SANTOS - Mat. 084
 PLINIO ANTONIO DE SOTTI LOPES - Mat. 149
 RAFAEL DE LALA SOBRINHO - Mat. 602
 RICARDO SABOIA KHURY - Mat. 107
 RONALDO BAPTISTA - Mat. 430
 RUI FRANCISCO GABARDO - Mat. 605
 SEBASTIAO DE LIMA CARDOSO - Mat. 172
 SERGIO VALERIO ANTUNUNCIO - Mat. 433
 WILSON KAIEL - Mat. 436
 WILSON RAJOS - Mat. 15
 ZENO PACIORNIK - Mat. 411

De 1° a 30 de Março

ADILSON VICENTINI - Mat. 110
 AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS - Mat. 355
 ANNA CRISTINA DE SOUZA - Mat. 553
 HILTON RONALD ALICE - Mat. 044
 JUARES DE QUADROS GONÇALVES - Mat. 513
 MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES -
 Mat. 011

MARLENE DE BRITO PERRONE - Mat. 222
 NILSON BUSATTO - Mat. 317
 OLGA POPOVITCH - Mat. 319
 SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR - Mat. 434
 VANDERLEI NORBERTO REBELLO - Mat. 100
 WALMOR MACELINO - Mat. 159

De 1° a 30 de Abril

HELENA REGINA STEPHAN MORO - Mat. 076
 ILSO ESTEVAO DE ALMEIDA - Mat. 045
 PEDRO PAULO BUENO DOS SANTOS - Mat. 005
 ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS - Mat. 053
 SONIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO -
 Mat. 058

De 1° a 30 de Maio

AIRTON CESAR SANTIN - Mat. 182
 CARLOS EDUARDO JUNG - Mat. 492
 DOROTI WOLKMER LINHARES - Mat. 088
 INOLAN ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA -
 Mat. 123
 MARCO ANTONIO MARCONCIN - Mat. 146

De 1° a 30 de Junho

IVETE HENEQUEM DRANKA - Mat. 155
 MARIA DO ROSARIO MARQUES - Mat. 064
 ODETE MULLER - Mat. 016
 PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS -
 Mat. 403

De 1° a 30 de Julho

ALCEU IVO COSTACURTA - Mat. 040
 ALVARO SERGIO MARAVALHAS - Mat. nº 030
 ANGELINA GARCIA PACHECO - Mat. 183
 DEONILSON ROLDO - Mat. 117
 EDGAR SANTOS BUQUERA - Mat. nº 485
 FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO
 Mat. 120
 JORGE NAROZNIK - Mat. 104
 LUIZ ALBERTO KUCHENBECKER - Mat. 066
 LUIZ BROTTTO NETTO - Mat. 397
 LUIZ CARLOS CARON GROSSI - Mat. 464
 LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS - Mat. 145
 LUIZ FABIO CAMPANA - Mat. 121
 MARIA DE LOURDES BIZETO REQUE - Mat. 330
 PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES - Mat.
 596
 SANDRA REGINA CANTARIN - Mat. 118

De 1° a 30 de Agosto

MARIA ELIZABETE POLI KUROWSKI - Mat. 131
 PAULA GREIFFO COUTINHO - Mat. 004

De 1° a 30 de Outubro

KATIA MARIA TRINKEL BRUNETTI - Mat. 217
 MARIA LILIAN DO AMARAL BROCHARDT -
 Mat. 195
 NILTON LUIZ IMTHON BUENO - Mat. 166
 SOLON FONTOURA RODRIGUES - Mat. 407

De 1° a 30 de Novembro

ISSIS RITA DE CASSIA COSTA - Mat. 205
 NANSI TEREZINHA KOTELAK MARQUES - Mat. 029

De 1° a 30 de Dezembro

ALBERTO SAVOIA ASSEF - Mat. 147
AMARILDO RODRIGUES DE OLIVEIRA - Mat. 209
DIMITRYA PIRIH MARANHÃO - Mat. 138
DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA - Mat. 494
DULCÍDIO CALDEIRA JÚNIOR - Mat. 042
ELEOVANCEZAR RIBEIRO - Mat. 373

REGINA TRINKEL - Mat. 185
RENE VASCO GARCIA - Mat. 429
VALTER ANTONIO MARCHIORATO - Mat. 366
GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 15.12.92.
(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral